



A militância é diaspórica: os irmãos Alakija contra o colonialismo e o racismo em Lagos e Bahia

Sivaldo dos Reis Santos

Doutorando em História (UFBA)



<https://orcid.org/0000-0002-4797-377X>

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória militante dos irmãos Adeyemo Alakija (1884-1952) e Maxwell Assumpção Alakija (1871-1933). Descendentes de uma das famílias agudás mais importantes da Nigéria, os irmãos se destacaram na defesa pública contra o colonialismo britânico em Lagos nas primeiras décadas do século XX, e na crítica às práticas racistas em Salvador na década de 1920. Formados bacharéis em direito, e pertencentes a uma elite negra letrada em ambos os lados do Atlântico, os irmãos deixaram evidências políticas em defesa dos africanos dentro do continente africano e em sua diáspora.

Palavras-chave

Maxwell Assumpção; Adeyemo Alakija; militância.

Introdução

Ao longo da segunda metade do século XX, as pesquisas no campo da Antropologia, Sociologia e História ampliaram os estudos a respeito dos africanos libertos e seus descendentes que decidiram fazer a viagem de retorno para o continente africano na segunda metade do século XIX. Conhecidos pela historiografia como Agudás, estes africanos retornados e seus descendentes formaram comunidades com fortes expressões culturais brasileiras nos seguintes Estados da África Ocidental; Nigéria, República do Benim, Togo e Gana. O termo agudá é uma corruptela da palavra “ajuda” nome português da cidade de Uidá. Esta palavra era muito conhecida da região por causa do forte português de Uidá, chamado de Forte São Batista da Ajuda construído no final do século XVII por portugueses e traficantes brasileiros. O forte de

Uidá foi uma referência importante da presença brasileira no Golfo do Benim, dessa região específica de África saíram muitos africanos escravizados com destino para o Brasil.¹

Graças aos importantes estudos sobre os agudás brasileiros, temos hoje um quadro mais completo da vida social destes africanos libertos e seus filhos no outro lado do Atlântico, especialmente nas cidades de Lagos, Nigéria, e no antigo Daomé, hoje República do Benim.² Um dos temas que mereceu mais atenção por parte dos pesquisadores foi o aspecto religioso da comunidade de brasileiros em Lagos. Adeptos do catolicismo, islamismo e das religiões tradicionais africanas que já conviviam por longo tempo nas cidades costeiras do golfo do Benim foram se amplificando com o fluxo constante de viajantes que iam se estabelecendo e constituindo famílias, sobretudo em Lagos, na segunda metade do século XIX.³ Mas outras características dos agudás não ganharam tanta visibilidade pela historiografia nacional se comparada ao tema da religiosidade. O posicionamento político contra o colonialismo e o racismo, por exemplo, ainda carece de mais estudos.

O objetivo deste artigo é apresentar a trajetória militante dos irmãos Adeyemo Alakija (1884-1952) e Maxwell Assumpção Alakija (1871-1933). Descendentes de uma das famílias agudás mais importantes da Nigéria, os irmãos se destacaram na defesa pública contra o colonialismo britânico em Lagos nas primeiras décadas do século XX, e na crítica as práticas racistas em Salvador na década de 1920. Formados bacharéis em direito e pertencentes a uma elite negra letrada em ambos os lados do Atlântico, os irmãos deixaram evidências políticas em defesa dos africanos dentro do continente africano e em sua diáspora.

¹ GURAN, Milton. “Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os agudás do Benim”. *Afro-Ásia*, n.28, 2002, p.46

² VERGER, Pierre. Fluxo e refluxo: do tráfico de escravos entre o Golfo do Benim e a Bahia de Todos os Santos, do século XVII ao XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 2021; CUNHA, Manuela. Negros estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. 2 edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012; AMOS, Alcione Meira. Os que voltaram: a história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007; OLINTO, Antônio. A casa da água. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009; SILVA, Alberto Costa. Um rio chamado Atlântico: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2022; GURAN, Milton. “Da bricolagem da memória à construção da própria imagem entre os agudás do Benim”. *Afro-Ásia*, n.28, 2002; CASTILLO, “Lisa. Em busca dos agudás da Bahia: trajetórias individuais e mudanças demográficas no século XIX”. *Afro-Ásia*, n.55, 2016.

³ REIS, João José e GURAN, Milton. “Urbain- Karin Elisio da Silva, um agudá descendente de negro malê”. *Afro-Ásia*, n.28, 2002; CASTILLO, Lisa e MANN, Kristin. “O islã no Atlântico negro”. *Afro-Ásia*, n.69, 2024.

A origem familiar

Em abril de 1856, a africana liberta cujo nome português era Lauriana Maria de Santa Anna recebeu autorização da polícia do porto do Rio de Janeiro para viajar à genérica *Costa da Mina*, acompanhada de seus dois filhos, o menor Marcolino Miguel Assumpção, e o mais velho Antônio Miguel Assumpção. A família viajou acompanhada de três “criadas menores”; Feliciano, Bernardina e Cândida. A solicitação de passaporte informou que Lauriana Maria de Santa Anna era uma africana forra, viúva, e sua profissão quitandeira. Até o presente momento, a africana liberta Lauriana Maria de Santa Anna é a ancestral mais antiga da família localizada nas fontes.⁴

A partir da década de 1850, houve um crescente número de viagens de africanos libertos de Salvador e Rio de Janeiro para Lagos. Um dos principais fatores que explicam este fluxo de viagens foi a promulgação da lei Eusébio de Queirós em 1850 que proibiu em definitivo o tráfico negreiro, e a intervenção da marinha inglesa em Lagos em 1851 determinando o fim do tráfico negreiro naquela região que, naquela conjuntura, era o maior porto negreiro ao norte do equador. De acordo com Lisa Earl Castillo, outro fator importante foi a “grave inflação econômica de Uidá” - argumentou a autora que na medida em que o Brasil deixou de receber embarques de escravos, e Lagos de enviá-los, a Marinha britânica aumentou seus esforços na supressão do embarque de cativos destinados para Cuba, dos portos a oeste do Golfo do Benim. Foram realizados bloqueios periódicos, especialmente em Uidá, que a semelhança de Lagos também era um porto escravista importante.⁵

É provável que a condição de viúva da africana liberta Lauriana Maria de Santa Anna e o crescente movimento de retorno dos africanos libertos nos primeiros anos da década de 1850 deve ter pesado em sua decisão de deixar o Brasil com seus filhos e criadas. Decisão esta que não era simples, e que em muitas situações não era individual. Em sua pesquisa sobre os agudás da Bahia, Lisa Castillo demonstrou que existia

⁴ Jornal do Commercio, Rio de Janeiro, 29 abr. 1856, p.2. (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_04&Pesq=Costa%20da%20mina&pagfis=9811.

⁵ CASTILLO, Lisa. “Em busca dos agudás da Bahia” p.132; CUNHA. *Negros estrangeiros* p.137; SOUZA, Mônica. *Entre margens: o retorno à África de libertos no Brasil (1830-1870)*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal Fluminense, 2008, pp.117-118.

verdadeiras redes sociais entre os viajantes, redes estruturadas não apenas por laços de família e amizade, mas também por relações de clientelismo e dependência.⁶

Quando Lauriana Maria de Santa Anna chegou em Lagos com os seus filhos e criadas encontraram lá uma comunidade de pessoas bastante diversificada. Libertos retornados do Brasil, Cuba e Serra Leoa, se misturaram com os nativos africanos da região compondo uma diversidade de crenças, costumes, religiosidade, línguas e culturas. Grande parte dos retornados do Brasil se estabeleceram nas cidades costeiras do golfo do Benim, era lá que surgiam as maiores oportunidades de comércio. De acordo com Manuela Carneiro da Cunha, alguns conseguiram voltar para as cidades do interior de que eram originários, reencontraram as suas linhagens e se fundiram novamente na população africana. Contudo, esta era uma empreitada arriscada já que penetrar no interior era expor-se a ser escravizado novamente.⁷

Estabelecidos em Lagos, alguns africanos libertos retornados do Brasil e seus descendentes se enriqueceram no comércio atacadista atlântico com a Bahia. Após a cessação do tráfico para o Brasil em 1850, muitos negreiros foram à falência, no entanto, as relações comerciais não cessaram de todo. Marcolino Assumpção, o patriarca da família, se destacou com um dos grandes comerciantes de algodão na cidade de Abeokuta, localizada próxima a cidade de Lagos. Foi com o capital conquistado no comércio de algodão que Marcolino Assumpção teve condições de investir na educação escolar e acadêmica dos seus sete filhos, seus nomes: Maxwell Assumpção Alakija, Adeyemo Alakija, Olaymika Alakija, Adeoye Alakija, Adeyanju Tejumade Alakija, Adeneji Jiberu Alakija, Olu Ode Alakija. Segue a foto do Maxwell Assumpção na próxima página, figura (1).

⁶ CASTILLO, “Em busca dos agudás”, 2016.

⁷ CUNHA. *Negros estrangeiros*, p.137.

Figura 1. Maxwell Assumpção Alakija



Fonte: Jornal A Tarde, Salvador, 17 mar. 1933, p.2
Biblioteca Pública do Estado da Bahia

O investimento escolar e acadêmico da família Alakija atravessou o Atlântico com a vinda do Maxwell Assumpção para a Bahia. Ele foi o filho mais velho e o primeiro da família a adentrar em uma instituição de ensino superior. Por razões desconhecidas, não se sabe exatamente por que decidiu cruzar o Atlântico com a finalidade de cursar direito, talvez tenha atendido a um pedido especial de seu pai que não desejava romper os vínculos com o Brasil. Ao longo de sua trajetória na capital baiana, Maxwell desenvolveu interesse por alguns problemas sociais na capital baiana. Além de advogar, ele deu aulas de inglês e francês na cidade, mantendo um vivo interesse pela boa formação dos indivíduos, em 1905 escreveu:

Os brasileiros e os outros povos latinos são, infelizmente, os que mais se descuidam da educação de sua prole, notando-se mesmo uma falta absoluta de homens profissionais entre os seus descendentes.⁸

⁸ Diário de Notícias, Salvador, 24 jan. 1905, p.2 Biblioteca Pública no Estado da Bahia.

As práticas de discriminação racial em Salvador e em outras regiões do Brasil também prenderam a sua atenção. Em mais de uma ocasião ele se dirigiu as redações dos jornais *A Tarde* e *Diário de Notícias* para deixar sua carta- protesto. Veremos então o conteúdo destas cartas nas próximas páginas.⁹

As cartas de protesto

A historiografia do pós-abolição, no campo da História Social, já deu conta de demonstrar o quadro social difícil para a população negra nas primeiras décadas do século XX. A restrição do voto aos alfabetizados, a criminalização da capoeira, batuques e sambas, a vandalização aos terreiros de candomblé por parte da polícia, as dificuldades no acesso à educação escolar básica e superior formaram um quadro social e político complexo para a população negra nas primeiras décadas pós escravidão. Todo este cenário continua sendo bem problematizado pela historiografia, de modo que temos hoje informações consistentes não apenas sobre os desafios que se impunham a grande parcela da população negra, como também as estratégias utilizadas por alguns indivíduos negros para driblar os impasses e limites estabelecidos ao direito à cidadania na ordem do regime republicano.¹⁰

Ao longo de sua vivência em Salvador, Maxwell foi percebendo as desigualdades sociorraciais na capital baiana e se manifestou a respeito. Leitor assíduo dos jornais, ele soube por meio de uma notícia publicada no jornal *A Tarde* que a escola de aprendizes marinheiros rejeitou à matrícula de jovens negros. Em 1922, escreveu uma fábula para depois explicar o problema que era preterir jovens negros das instituições militares. A fábula conta a história de uma “pobre velhinha” que vivia sozinha nos arredores de um opulento castelo e era sustentada pela caridade pública, para todas as pessoas que lhe davam de comer, respondia: “quem bem faz, pra si faz”.¹¹

⁹ Neste artigo, apresento apenas duas cartas- protesto publicadas pelo jornal *A Tarde*, mas a outra que foi publicada no *Diário de Notícias*, em que Maxwell critica a recusa do então presidente Epitácio Pessoa na escolha de pessoas negras para fazer parte da comitiva do rei Belga que esteve no Brasil em viagem diplomática, em 1920. Fonte: *Diário de Notícias*, Salvador, 21 jul. 1920, p.2 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

¹⁰ ABREU, Marta; DANTAS, Carolina. *Monteiro Lopes e Eduardo das Neves: histórias não contadas da Primeira República*. Niterói: Eduff, 2020.

¹¹ *A Tarde*, Salvador, 18 ago. 1922, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

Até que um dia, aborrecido, o senhor do castelo mandou dar a velhinha um pão fresco e envenenado. A senhora recebeu a esmola, mas não comeu o pão de imediato, guardou consigo para comer depois. Logo mais tarde, o filho único do dono do castelo chegava de uma caça bastante cansado e batendo à porta da velhinha lhe pediu comida e bebida. Sem saber que o pão estava envenenado, ela deu ao jovem, e este ao comer o pão caiu morto. Espantada, a “velhinha” correu ao castelo informando o ocorrido ao pai. O senhor do castelo aterrorizado e arrependido caiu em si, e pensou sobre a frase da velhinha que tanto lhe incomodava: “quem bem faz, pra si faz”. Nos parágrafos seguintes da carta, Maxwell explica o significado da fábula, o trecho é grande, mas creio que vale a pena a leitura:

Esta fábula tem alguma analogia com os fatos que se desenrolam entre nós. Vejo, pego, recuo, avanço, mas observo a cada instante a sede intensa de disfarçadamente segregarem alguns elementos poderosos o homem preto do convívio político-social. Verdade é que não mais é o moleque, molequinha ou molvente recrutado para as fileiras do exército, nem para a bordo dos vasos de guerra, à chibatada como hospede perigoso entre os seus supostos senhores pela cor, é hoje, porém, pior do que isto: é um indigno que, pela sua tez bem pigmentada, não pode servir o pretinho a sua pátria como aprendiz marinheiro, porque esta profissão está hoje reservada aos rebentos finos da fidalguia lesmada.¹²

Maxwell percebia que as práticas racistas e dissimuladas do Estado republicano limitavam à cidadania das pessoas negras. Ele compara sutilmente a situação dos jovens negros aspirantes à carreira militar em Salvador com a revolta dos marinheiros negros no Rio de Janeiro que humilhados pelos seus oficiais comandantes, promoveram um importante motim em 1910 surpreendendo toda a cidade. Após a revolta de 1910 as instituições militares continuavam fechando as suas portas para os jovens negros aspirantes à vida militar, e isto incomodava ao Maxwell:

É notório que não se aceita meninos pretos como aprendizes sob pretexto de aguardarem vaga quando são julgadas prontos físicos e moralmente. Não mais se lembram os instigadores ocultos desta ideia tão perigosa quanto antiliberal e antipatriótica que o preto tem sido, em todos os tempos, o sustentáculo da pátria, como verdadeiro patriota e herói, lavando as injurias atiradas à face do seu país com o seu sangue, quer como soldado ou marinheiro, quer como voluntário.¹³

¹² A Tarde, Salvador, 18 ago. 1922, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia.

¹³ Ibidem, p.1

Negas às pessoas negras o direito de fazer parte das instituições do seu próprio país era para o professor e advogado africano uma atitude: “antiliberal e antipatriótica” porque como bom leitor que era, conhecia a história da população negra que trabalhou para construir o Estado brasileiro. Maxwell defendeu em suas cartas o direito inalienável de qualquer cidadão, independentemente da sua cor, de exercer o seu direito político e social. No entanto, ele viveu em uma sociedade hierarquizada racialmente, onde as relações de compadrio, clientelismo e a preferência pelo fenótipo do indivíduo eram fatores estruturais.

Mas ao longo de sua trajetória em Salvador, o africano foi construindo uma leitura objetiva da sociedade racista em que vivia. Nesse sentido, ele propôs uma reflexão aos seus leitores ao escrever o seguinte: “o mal que se fazia ao preto” estava prejudicando o próprio Brasil: “refleti senhores, tomai outro rumo, não vos iludais, estais traindo o Brasil, violando a força sua constituição liberal que há pedir, um dia, contas aos responsáveis”. Sua leitura de cidadania estava em conformidade com a primeira constituição nacional republicana de 1891 que sem seu artigo 72 parágrafo 2, estabelecia o princípio de igualdade de todos perante a lei, mas que em seu artigo 70 limitava o direito de voto para uma parcela significativa da população nacional. Como advogado que era, Maxwell percebeu as contradições e conflitos do que estava escrito na letra lei e o que de fato acontecia no cotidiano da cidade.

Em outra carta publicada também no jornal *A Tarde*, Maxwell demonstrou a sua insatisfação com o projeto de lei de autoria dos deputados Cincinato Braga e Andrade Bezerra que proibia a entrada de pessoas negras no Brasil, vejamos o conteúdo da carta:

Despertando ontem com o telegrama inserido nas colunas do vosso conceituado vespertino, *A Tarde*, relativamente ao projeto inconstitucional e desumano, apresentado à câmara federal pelo deputado Cincinato Braga sobre a proibição da imigração negra para o Brasil, não posso ficar mudo diante de semelhante ignominia, sem lançar daqui o meu protesto contra semelhante projeto que, a meu ver, sintetiza tão somente uma injúria atirada à face da população de um país que, desde o berço de sua civilização até a presente data outro elemento desenvolvedor da lavoura e das indústrias não foi se não o elemento negro, grandemente arrebatado do regaço remanso de sua pátria pelos portugueses.¹⁴

¹⁴ *A Tarde*, Salvador, 8 ago. 1921, p.1 Biblioteca Pública do Estado da Bahia

Maxwell leu o projeto de como “inconstitucional e desumano”. Inconstitucional porque em 1907 o Estado brasileiro havia revogado uma lei republicana de 1891 que proibia a vinda de imigrantes nativos do continente africano e asiático. Contrariado, Maxwell entendia que este projeto de lei caso fosse aprovado sintetizava “uma injúria” contra a população negra que ajudou a edificar o Estado brasileiro com seu trabalho na indústria e lavoura. É evidente o conhecimento que este africano tinha sobre a história do Brasil. Além de ter ouvido histórias do seu pai ou de outras pessoas em Lagos sobre o Brasil, Maxwell devia estar lendo na década de 1920 narrativas sobre a formação da identidade nacional que valorizavam a contribuição dos africanos e seus descendentes na construção do Brasil.

A semelhança do Maxwell, o professor e intelectual Manuel Raimundo Querino (1851-1923) reconhecia e valorizava as contribuições civilizatórias do negro no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Na concepção de Querino, a ideia de civilização não excluía os africanos, nem a irracionalidade fazia parte das características da “raça negra”. Este intelectual defendia a tese de que foi o “trabalho do negro que aqui sustentou por séculos e sem desfalecimento, a nobreza e a prosperidade do Brasil”. Em 1916 escreveu: *A raça africana e seus costumes na Bahia*, e dois anos depois; *O colono preto como fator da civilização brasileira*. Ambos os textos apresentam suas ideias acerca da formação da nacionalidade brasileira e da importância política, social, cultural e civilizacional dos africanos no Brasil.¹⁵

Essa discussão em torno da imigração negra deve ter tocado Maxwell de forma particular, não apenas pelo fato de ser negro, como também estrangeiro. Desde a segunda metade do século XIX especificamente depois da lei de 1850 que aboliu definitivamente o tráfico negreiro, sabemos pela historiografia que as autoridades brasileiras buscaram restringir à entrada de africanos no Brasil.¹⁶ Quando escreveu esta carta, apesar de já estar vivendo por um longo período em Salvador, Maxwell deve ter considerado a condição de sua própria nacionalidade e, portanto, o absurdo da ideia que era negar a possibilidade de outros imigrantes negros viverem no Brasil.

¹⁵ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.87

¹⁶ ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro. *O jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

É possível que Maxwell estivesse reagindo também aos projetos de leis estaduais que defendiam a imigração e colonização europeia e a asiática para a Bahia. No período do pós-abolição foram muitas as tentativas dos estadistas baianos em favorecer a entrada de imigrantes europeus. Um dos argumentos utilizados pelos políticos baianos que “justificava” a emigração de colonos europeus era a “falta de mão de obra para a exploração e desenvolvimento no interior do estado”.¹⁷ Nos parágrafos finais de sua crítica ao projeto de lei, Maxwell escreveu:

Eu poderia, se quisesse, citar o desenvolvimento desta ou daquela lavoura, desta ou daquela indústria do nosso país, levadas a efeito pelo elemento negro, entretanto, o deixo fazer, para tão somente a pulmões cheios, dar o meu brado de protesto das colunas do vosso valente jornal, defensor ardoroso das causas justas e nobres, terminando, pois em nome da minha raça, dou parabéns aos deputados que se manifestaram e se manifestam contrariamente no ridículo projeto e, pedindo-vos a publicação desta, subscrevo-me vosso colega e admirador.¹⁸

Neste parágrafo, o advogado africano valoriza publicamente sua identidade étnico-racial, “em nome da minha raça” é uma expressão bastante significativa que marca o lugar político de um homem que estava disputando temas relevantes que dizia respeito a população negra. Ao positivar o fato de pertencer a raça negra, ele operava na contramão das ideologias racistas que desde meados do século XIX defendiam a inferioridade intelectual, cultural e civilizacional das pessoas não brancas.

Mas o leitor deve estar a se perguntar: como Maxwell conseguiu que suas cartas fossem publicadas no contexto em que grande parte da imprensa baiana silenciava a respeito de práticas racistas na cidade? Ao longo de sua trajetória na capital baiana, Maxwell soube construir uma relação amistosa com os jornalistas. Em 1914, ele promoveu um banquete aos principais redatores-chefes da cidade. Estiveram presentes no jantar: Silva Freire (*Diário da Bahia*), Arthur Nova (*A Tarde*), Apolinário dos Anjos (*Diário de Notícias*), Edgar Brito (*O Correio*), Oscar de Souza Gallo (*Jornal Moderno*),

¹⁷ JONES, Cleiton Melo. “Vem aí a imigração”: expectativas, propostas e efetivações da imigração na Bahia (1816-1900). Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal da Bahia, 2014.

¹⁸ A Tarde, Salvador, 8 ago. 1921, p.1

Ismael Ribeiro (*Gazeta do Povo*), Octávio Santos (*O Estado*), Antônio Viana, Miguel Paranhos (*Jornal de Notícias*), e Cosme de Farias (*Gazeta de Notícias*).¹⁹

Os redatores-chefes tinham uma importância significativa para a imprensa local, eles controlavam a pauta diária das matérias. A publicação ou o veto das notícias dependiam da revisão e assinaturas deles. Para aceitarem o convite de um homem negro e africano significava que não viam Maxwell como um cidadão comum. Alguns periódicos elogiavam o trabalho que ele desenvolvia no campo do direito com os seguintes comentários: “talentoso advogado nesta capital”, “distinto e conceituado advogado”, “conhecido advogado e professor livre”.²⁰ O periódico *Gazeta de Notícias* destacou que o banquete ocorreu na maior cordialidade. “Delegado pelos seus companheiros presentes falou o sr. Antônio Viana, do *Jornal de Notícias* que agradeceu a gentileza”.²¹

O propósito do Maxwell Assumpção ao publicar suas cartas era chamar a atenção da opinião pública de Salvador para o tratamento desigual e discriminatório que se cometia as pessoas negras na cidade. Sua experiência de vida na capital baiana o possibilitou desenvolver um olhar crítico e objetivo sobre as relações sociorraciais em Salvador. Mas podemos nos perguntar: por que ele fez a opção pela militância? Enquanto profissional liberal bem estabelecido na cidade ele podia simplesmente manter silêncio sobre estas questões. A resposta não é complexa. Como já foi dito neste artigo, Maxwell valorizava publicamente a sua identidade étnico-racial. Ao elogiar a entrada de três deputados negros no parlamento francês em 1923, escreveu: “como negro que sou, descendente desta grande árvore genealógica, só tenho razão para orgulhar-me de ver meus irmãos de além-mar assumirem os altos destinos de um país como a França”.²²

¹⁹ *Gazeta de Notícias*, Salvador, 23 jan. 1914, p.2 (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=721026&pasta=ano%20191&pesq=banquete%20a%20imprensa&pagfis=1677>.

²⁰ *Diário de Notícias*, Salvador, 21 jul. 1920, p.2; *Gazeta de Notícias*, Salvador, 23 jan. 1914, p.2; *Gazeta de Notícias*, Salvador, 30 jan. 1914, p.2 Fontes disponíveis na Biblioteca Central da Bahia

²¹ *Gazeta de Notícias*, Salvador, 23 jan. 1914, p.2

²² Getulino, Campinas, 8 jun. 1924, p1 (Hemeroteca Digital Brasileira). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=844900&pesq=Maxwell%20Assump%C3%A7%C3%A3o&pasta=ano%20192&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=175>.

Nota-se, portanto, que Maxwell Assumpção foi um intelectual preocupado com os destinos da população negra em uma perspectiva internacional. Ele não perdia a oportunidade em demonstrar sua satisfação ou insatisfação com as questões sociais, políticas e raciais que tinha acesso, principalmente através dos jornais. Nesse sentido, ele devia saber que não conseguiria comunicar as suas ideias se não tivesse boas relações com uma classe trabalhadora importante para a vida intelectual, cultural e social da cidade, os jornalistas. Nas próximas páginas, veremos que seu irmão Adeyemo Alakija também foi hábil em construir relações amistosas com parte da imprensa de Lagos e com políticos importantes. A intenção era semelhante à do Maxwell: posicionamento público e político frente aos processos de violência colonial britânica em Lagos.

Respostas ao colonialismo britânico

Em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX, a colonização europeia era uma realidade para a maioria dos países da África Ocidental. Em 1851, os britânicos bombardearam e ocuparam a cidade de Lagos. A partir da década de 1890 Lagos foi marcada pela crescente violência colonial britânica na região. As firmas europeias começaram a estabelecer filiais diretamente nas cidades do interior, seguindo a penetração da ferrovia. No serviço público como nas igrejas, um racismo crescente rebaixou os cidadãos negros de Lagos a postos subalternos e mal pagos. A presença de pessoas negras em cargos da administração intermediária na colônia como a superintendência de polícia, os correios, os fiscais de impostos e procuradores foi se reduzindo. Aos poucos, todos estes cargos foram sendo assumidos por pessoas brancas.²³

Testemunha de todo este processo violento da colonização britânica em sua terra de origem, Adeyemo Alakija começou a se posicionar politicamente frente a esta realidade. Em 1913 quando ainda finalizava os estudos de bacharel em direito na Universidade de Oxford, ele e seu irmão Olayimika Alakija registraram a mudança de seus nomes e sobrenomes na Suprema Corte Judiciária em Londres. Adeyemo se

²³ CUNHA, *Negros estrangeiros*, p.175

chamava *Plácido Assumpção*, e Olaymika se chamava *Honorio Assumpção*.²⁴ Algumas famílias abastadas de Lagos também mudaram seus nomes e sobrenomes portugueses e ingleses para africanos em reação a crescente violência racial dos britânicos.²⁵

Tabela 1: Mudança de nomes e sobrenomes entre os Alakija

Nomes e sobrenomes antigos	Nomes e sobrenomes novos
Porphyrio Miguel Assumpção	Maxwell Porpyrio Assumpção Alakija
Honorio Marcus Akilade Assumpção	Olayimika Alakija
Plácido Assumpção	Adeyemo Alakija
Anastácio Assumpção	Adeoye Alakija
Angelina Assumpção	Adeyanju Tejumade Alakija
Emile Marcolino Assumpção	Adeneji Jiberu Alakija
Não foi localizado o nome português	Olu Ode Alakija
Maximiliana Assumpção- esposa de Marcolino Assumpção	Ogundipe Alakija

Fontes: The Lagos Standard, 02.07.1913- pp.3-7. The Lagos Standard, 16.07.1913, p.3
 Revista O Cruzeiro, (RJ), 1951, p.44. The Nigerian Chronicle, 27.06.1913, p.2
 Disponíveis nos sites: CRL Digital Collections e Hemeroteca Digital Brasileira

A mudança de nome e sobrenome é um capítulo político importante na história da família Alakija. Foi uma ação deliberada no sentido de revisitar e valorizar o passado familiar que foi atravessado pelo tráfico escravista. A etimologia da palavra *Alakija* é uma referência a cidade de Ikija – uma das antigas cidades dos Egbas – localizada em território Iorubá. A escolha por este nome estava relacionada aos ancestrais da família

²⁴ The Lagos Standard, Lagos, 18 jun. 1913, p.7 (CRL Digital Collections). Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/record/567896?ln=en&v=uv#?xywh=583%2C-600%2C4346%2C2478&cv=6>.

²⁵ CUNHA, *Negros estrangeiros*, p. 175.

que nasceram e viveram naquela antiga cidade iorubá.²⁶ O membro importante da família que mais deixou sinais de valorização pública da sua identidade iorubá-africana foi o Adeyemo Alakija. Apresento na figura (2) a sua fotografia vestido com os trajes reais de chefe africano.

Figura 2. Adeyemo Alakija



²⁶JOHNSON, Samuel. The History of the Yorubas. Disponível em: <https://archive.org/details/historyofyorubas0000revs/mode/2up?view=theater>. Agradeço a Lisa Earl Castillo por me disponibilizar esta fonte.

Fonte: Site, Masonrytoday.com

Disponível em:

https://www.masonrytoday.com/index.php?new_month=5&new_day=25&new_year=2016.

De acordo com as memórias da família, as vestes reais de chefe africano que Adeyemo Alakija usou nesta fotografia foi um “presente do Alakê de Abeokuta” na ocasião em que se celebrava uma festa em comemoração ao centenário do estabelecimento dos Egbás em Abeokuta.²⁷ A cidade de Abeokuta é, atualmente, a capital do Estado de Ogun, na Nigéria. De acordo com a historiografia, esta cidade foi fundada em 1830 pelos refugiados do antigo Reino de Òyó. Foi em Abeokuta que o povo Ègbá encontrou refúgio. O reverendo e historiador Samuel Johnson (1846-1901) argumentou em seu livro que uma vez estabelecidos em Abeokuta, os refugiados mantinham-se unidos de acordo com suas distinções familiares e lideranças específicas; Os Egba Agbeyin, Egba Agura, Egba Oke Ona. Um dos resultados do conflito em Òyó e em outros reinos iorubás na segunda metade do século XIX foi a captura dos Egbás e sua venda como escravos para as Américas.²⁸

Em relação ao Alake, este é um título honorífico cuja origem pertence a sociedade dos iorubás, o termo significa: “aquele a ser honrado”. O título de Alake era concedido a pessoas de alta posição social pelo chefe político e religioso da comunidade. O Alake era o conselheiro do rei, a pessoa muito respeitada na comunidade pela sua sabedoria, carisma e realizações. A pessoa que ostentava este título carregava um status diferenciado. Nesse sentido, receber um presente dessa pessoa era ocasião de muita felicidade e honra para a pessoa presenteada, é o que deixou transparecer Adeyemo Alakija em sua postura corporal no momento da fotografia. O momento histórico em que foi presenteado (centenário do estabelecimento dos Egbá em Abeokuta), denota que Adeyemo Alakija na sua volta à Lagos construiu uma trajetória política relevante.²⁹

²⁷ PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contacto racial*. Companhia Editora Nacional, 1945, p.307.

²⁸ JOHNSON, Samuel. *The History of the Yorubas*. C.C.S Bookshops. Lagos, Nigéria, 1897, p.224. Disponível em: <https://archive.org/details/historyofyorubas0000revs/mode/2up?view=theater>.

²⁹ Significado do termo Alakê, consulta no site Ancestry.com. Disponível em: <https://www.ancestry.com/first-name-meaning/alake>.

Progressivamente, Adeyemo Alakija foi conquistando destaque social e político. Em 1919 ele participou ativamente do conselho comunitário em Lagos cuja finalidade foi reverter a decisão do então governador Hugh Charles Clifford (1866-1941) que havia deposto o Oba Esugbayi Eleko do seu cargo. No dia 6 de dezembro de 1919 foi realizada uma grande reunião pública que contou com a presença de pessoas importantes da comunidade de Lagos, dentre elas, o presidente da reunião, o advogado Joseph Egerton Shyngle (1862-1926). Shyngle foi o primeiro presidente do Partido Nacional da Nigéria, fundado pelo nacionalista nigeriano Hebert Heelas Macaulay (1864-1946) em 1923.³⁰

De acordo com o governador Hugh Clifford, a deposição do Oba Eshugbayi Eleko deveu-se ao fato de que durante a sua ausência da cidade de Lagos, o Eleko havia “participado da realização de várias nomeações entre uma sessão da comunidade muçulmana de Lagos”. O Eleko havia concedido títulos para alguns muçulmanos na mesquita central sem consultar a autoridade política mais importante da colônia, então o governador sentiu-se desrespeito frente a tal atitude³¹. Na realidade, o governador Hugh Clifford temia a influência política da expressiva comunidade muçulmana em Lagos. Até a virada do século XX, a maioria da população daquela cidade era muçulmana³². Mas para além de temer a influência dos muçulmanos, a deposição do Eleko refletia as tensões políticas que se estendia entre as autoridades coloniais britânicas e as lideranças tradicionais de Lagos desde as primeiras décadas do século XX.

A deposição do Eleko, uma autoridade política, histórica e tradicional para os povos iorubás provocou uma série de reclamações públicas. O governador reconheceu estas queixas do seguinte modo:

³⁰The Lagos Weekly Records, Lagos, 6 dez. 1919, pp. 5-6. (CRL Digital Collections). Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/record/569335?ln=en&v=uv#?xywh=123%2C4795%2C4346%2C2478&cv=4>.

³¹ Os títulos concedidos foram: Balogum (título militar equivalente a chefe do exército na sociedade iorubá. No campo religioso, representa o cargo máximo e vitalício entre os sacerdotes do culto de orixá Ogum). Bashorun (Título de alto escalão no antigo império de Oyó). Bey (Título real e aristocrático, concedido a pessoas com linhagem familiar real). Seriki (A palavra deriva de Sarkin, termo haussá que significa rei, chefe ou líder). The Lagos Weekly Records, 6 dez. 1919, p.8 (CRL Digital Collections). Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/record/569335?ln=en&v=uv#?xywh=123%2C4795%2C4346%2C2478&cv=4>.

³² CASTILLO, Lisa e MANN, Kristin. O islã no Atlântico negro, 2024, p.160

Fui atendido por várias Delegações, uma chefiada pelo Erulu, uma pelo Chefe da Casa de Kosoko, e outra na qual o Sr. Shyngle e o Sr. Alakija atuaram como porta-vozes, representando um grande número do povo de Lagos que deve lealdade e fidelidade tradicionais a você como o Eleko e como chefe da casa de Docemo. Também recebi várias petições endereçadas a mim por vários setores da comunidade; e tanto por essas delegações quanto por essas petições, fui implorado para perdoar a má conduta da qual você foi culpado e para restaurá-lo ao seu alto cargo.³³

Naquele contexto, Adeyemo Alakija se destacava publicamente a ponto do próprio governador, autoridade política máxima da colônia, reconhecê-lo como um dos “porta-vozes representando um grande número do povo de Lagos”. Diante da repercussão pública que o caso ganhou, o governador restituiu o Eleko ao seu cargo com a condição de que este cancelasse os títulos concedidos aos muçulmanos da mesquita central, e que publicizasse o cancelamento da “maneira usual, por meio de seu mensageiro”. O que foi prontamente atendido.

Na década de 1920, quando Maxwell estava publicando as suas cartas-protesto na imprensa de Salvador, Adeyemo Alakija tentou candidatura para o parlamento nigeriano em duas ocasiões, 1923 e em 1926, mas sem sucesso. Neste período, investe na carreira empresarial e com a ajuda de outros parceiros britânicos e nativos de Lagos, funda o jornal *The Nigerian Daily Times* em junho de 1925 que viria a se tornar um dos periódicos mais importantes de Lagos.³⁴ Quando entrevistou a família do Maxwell em Salvador na década de 1930, o sociólogo norte-americano Donald Pierson (1900-1995) viu o exemplar deste periódico em posse da família. Seguramente, Maxwell Assumpção adquiriu este exemplar em uma de suas viagens para Lagos e guardou consigo. Maxwell tinha uma admiração particular pelo seu irmão Adeyemo, além de preservar um editorial do *The Nigerian Daily Times*, guardava fotografias dele em Salvador. É de sua

³³ The Lagos Weekly Records, 6 dez. 1919, p.8. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/record/569335?ln=en&v=uv#?xywh=-92%2C4835%2C4629%2C2640&cv=7>. (Tradução minha).

³⁴ De acordo com informações no site Modupe Apoola, o jornal era pró-governo britânico, o lucro era obtido graças ao patrocínio de empresas europeias que publicavam seus anúncios. A International Publishing Corporation de Londres assumiu o Daily Time em 1948. Fonte: Site Modupe Apoola-Encyclopédia. Disponível em: <https://encyclopedia.litcaf.com/history/history-general/adeyemo-alakija-2/>.

autoria um texto em homenagem ao seu irmão cujo título foi: *um Egba notável, Adeyemo Alakija*.³⁵

Com o passar dos anos, Adeyemo Alakija foi se envolvendo cada vez mais na vida política de Lagos onde exerceu alguns cargos importantes. Ele foi membro do Conselho Legislativo da Nigéria no período (1933 a 1942). Membro do Conselho Executivo (1943). Presidente da Egbé Omo Odùduwà (1948-1952) uma organização fundada em 1945 pelas lideranças de Lagos cujo objetivo era representar seus interesses políticos na colônia. Adeyemo Alakija foi também um membro influente da *Fraternidade Reformada Ogboni* conhecida pelas iniciais R.O.F – uma organização fraternal internacional fundada em 1914 por membros da classe média alta de Lagos. Nesta organização, Adeyemo se tornou o Olori Oluwo (Grão Mestre), e graças a sua influência na maçonaria introduziu o uso de símbolos maçônicos como o olho que não pisca em V invertido, e três figuras verticais³⁶.

Adeyemo Alakija também foi membro da West African Students Union, uma organização política fundada em Londres em 1925 por Ladipo Solanke (1886-1958) estudante de direito nascido na Nigéria. A organização estabeleceu seu próprio jornal, WASU, e o albergue *África House* em Londres que atuou como porta-voz não apenas da maioria dos estudantes africanos na Grã-Bretanha, como também da opinião anticolonial em toda a África Ocidental Britânica, onde havia numerosas filiais³⁷. Um dos filhos de Adeyemo Alakija, Oluwole Ayodele presidiu a WASU por um período, o que significa dizer que a militância anticolonial na família teve longa duração, de pai para filho.

³⁵ Quando Donald Pierson entrevistou os Alakija em Salvador por volta de 1935-1937, Maxwell havia falecido em 1933. A esposa do Maxwell, Ignez Selene e seus filhos mais velhos mostraram ao pesquisador o álbum de fotografias da famílias e outros pertences que Maxwell guardava. Ainda não conseguir ter acesso ao texto escrito pelo Maxwell em homenagem ao seu irmão. Fonte bibliográfica, acessar: PIERSON, Donald. Brancos e pretos na Bahia: estudo de contacto racial. Companhia Editora Nacional, 1945, p.307.

³⁶ Informações sobre a trajetória do Adeyemo Alakija estão disponíveis nos seguintes sites: Today in Masonic Historic Disponível em: https://www.masonrytoday.com/index.php?new_month=5&new_day=25&new_year=2021. Site: District Grand Lodge of Nigéria: Under The United Grand Lodge of England. Disponível em: <https://districtgrandlodgeofnigeria.com/sir-adeyemo-alakija-k-b-e-p-a-g-reg-1950-1952/>. Site: Modupe Apoola Encyclopedia. Disponível em: <https://encyclopedia.litcaf.com/history/history-general/adeyemo-alakija-2/>. Site: WIKIPÉDIA. Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Adeyemo_Alakija.

³⁷ ADI, Hakim. *Pan-africanismo: uma história*. Salvador: Edufba, 2022, p.199.

Ao contrário do Maxwell, não localizamos registros escritos pelo Adeyemo Alakija, mas a sua participação em várias organizações políticas na Nigéria demonstra seu interesse público em defesa de seu país e contra a colonização britânica. É provável que quando foi estudante de direito em Londres tivesse passado por situações de discriminação racial. Com o avanço da colonização europeia no continente africano em fins do século XIX crescia a concepção racista de superioridade cultural e intelectual entre os círculos científicos na Europa. Exibia-se pessoas africanas em feiras, circos, teatros e zoológicos.³⁸ Nesse sentido, a experiência de residência em Londres, também pode tê-lo motivado a militar em favor da África e dos africanos.

Considerações finais

Os irmãos Alakija viveram em contextos históricos desafiadores no que diz respeito a luta e preservação da cidadania e dignidade humana. Ambos viveram em sociedades extremamente desiguais do ponto de vista sociorracial. No Brasil, as elites republicanas trabalharam para aprofundar as desigualdades sociais entre brancos e negros, inclusive, do ponto de vista jurídico- legislativo. Em Lagos, a colonização britânica estendia o seu domínio sobre o território africano em fins do século XIX e primeiras décadas do século XX. Duas realidades separadas pelo Atlântico, mas com um fator em comum: a imposição do colonialismo e do racismo como fatores estruturantes da conjuntura social, política e cultural de Salvador e Lagos.

Maxwell Assumpção e Adeyemo Alakija, embora pertencentes a uma elite negra letrada e intelectual, perceberam a necessidade de se envolver politicamente na realidade social dos lugares que residiam, até porque não estavam totalmente imunes de sofrerem com as estruturas racistas de seu tempo histórico. A condição de advogado e professor não os blindava de ter a sua dignidade ferida. Nesse sentido, eles não se omitiram diante de realidades que negavam a condição de cidadania das pessoas negras. Seja escrevendo cartas de protesto contra a discriminação racial ou se filiando a organizações nacionais e internacionais que expunha e denunciava a crueldade do colonialismo britânico, os irmãos Alakija deixaram evidências de uma militância diaspórica.

³⁸ KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. *Zoológicos humanos: gente em exibição na era do imperialismo*. Campinas: Editora Unicamp, 2020, pp.60-88

A estratégia utilizada pelos irmãos nos dois lados do Atlântico fora semelhante em alguns aspectos. Ambos construíram relações amistosas com pessoas de nível social e politicamente importantes. Maxwell devia saber que suas cartas não seriam publicadas caso não desenvolvesse uma relação de proximidade com os redatores-chefes da imprensa baiana, por isso ofereceu a eles um jantar no Pelourinho. Em Lagos, Adeyemo Alakija tinha relações com o governador Hugh Clifford que considerou o seu pedido de restituição da liderança tradicional de Lagos, o Eleko. Ambos os irmãos deviam ter consciência de que sua militância não seria possível sem negociação com as forças políticas e intelectuais de seu tempo, mas creio que ambos foram bem-sucedidos naquilo que propuseram a fazer.

Recebido em: 25 de setembro de 2025

Aprovado em: 19 de dezembro de 2025